

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 240201/2022**

ASSUNTO: Análise de adesão às Atas de Registro de Preços de nº 202104110101/2021 e nº 202104110103/2021, decorrente da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 034/2021.

PARECER JURÍDICO

EMENTA: PARECER JURÍDICO DE ADESÃO ÀS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DE Nº 202104110101/2021 E Nº 202104110103/2021. CONTRATAÇÃO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA O FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO EM GERAL, DESTINADOS AO PROGRAMA DE ATENDIMENTO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE. PROCEDIMENTO. POSSIBILIDADE DO ATO. LEGALIDADE. COM PREVISÃO LEGAL NO ART. 15 §3º DA LEI Nº 8.666/93, DECRETO MUNICIPAL Nº 692/2020 E DECRETO FEDERAL Nº 7.892/2013.

I- DA CONSULTA E DO OBJETO DE ANÁLISE:

Versa o seguinte parecer a respeito de solicitação quanto a viabilidade jurídica de adesão às Atas de Registro de Preços de nº 202104110101/2021 e nº 202104110103/2021 da Secretaria Municipal de Educação de Bacabal/MA, decorrente da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 034/2021, cujo objeto é a Contratação de pessoa(s) jurídica(s) para o Fornecimento de Mobiliário em Geral, destinados ao Programa de Atendimento a Criança e ao Adolescente.

Vieram os autos formalizados e estão instruídos com os seguintes documentos, nos quais destacam-se:

- a) Memorando nº 012402/SEMAS/PMB, enviado à Secretária Municipal de Educação, no qual solicita-se abertura de processo administrativo visando a Contratação de pessoa(s) jurídica(s) para o Fornecimento de Mobiliário em Geral, destinados ao Programa de Atendimento a Criança e ao Adolescente, sendo justificada a necessidade de formalização do processo;
- b) Solicitação ao Setor de Coletas e Cotação de Preços, para a realização da pesquisa de mercado;
- c) Despacho do Setor de Coletas e Cotação de Preços no qual informa-se que na reanálise da pesquisa de preços encontrou-se as Atas de Registro de Preços de nº 202104110101/2021 e nº 202104110103/2021 decorrentes do Pregão Eletrônico 034/2021-SRP, cuja detentora era a Secretaria Municipal de Educação;
- d) Edital, Termo de Referência, Publicações; Ata da Sessão, termo de homologação, parecer jurídico, Atas de Registro de Preço nº 202104110101/2021 e nº 202104110103/2021 da Secretaria Municipal de Educação de Bacabal/MA, publicação da ata de registro de preço;



- e) Solicitação de informação de Dotação orçamentária, sendo seguida pela dotação, declaração sobre estimativa do impacto financeiro-orçamentário, declaração de adequação orçamentária-financeira;
- f) Autorização para que se proceda com a adesão exarado pelo Secretário Municipal de Assistência Social;
- g) Ofício de solicitação de autorização para adesão a ata de preços, recebendo concordância para que funcione na qualidade de órgão não participante "CARONA";
- h) Ofício das empresas ARF SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA (CNPJ nº 37.222.331/0001-86) e VALE X EMPREENDIMENTOS LTDA (CNPJ nº 27.412.763/0001-04), aceitando fornecer o objeto constantes nas Atas de Registro de Preço nº 202104110101/2021 e nº 202104110103/2021 à Secretaria Municipal de Assistência Social de Bacabal/MA, juntamente com documentos destinados à demonstrar a manutenção das condições de habilitação;
- i) Termo de Adesão;
- j) Envio à Procuradoria Geral para emissão de parecer jurídico;

Importante salientar, que o exame dos autos processuais administrativos epigrafados restringe aos aspectos jurídicos excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica. Em relação a estes, partiremos da premissa de que a autoridade competente municipal tenha conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

II- DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA:

Inicialmente é importante afirmar que a Constituição da República de 1988, em seu art. 37, XXI, tornou o processo licitatório condição imprescindível para contratos, que tenham como parte o Poder Público, relativo a obras, serviços, compras e alienações, ressalvados os casos especificados na legislação.

Logo, toda licitação deve ser pautada em princípios e regras previstas no texto constitucional e infraconstitucional, sendo de suma importância que o procedimento licitatório seja fruto da observância do que dispõe a Lei nº 8.666/93.

Nesse sentido, cabe a Administração somente atuar de acordo com os princípios basilares norteadores da Administração Pública, disposto no Art. 37, caput da Constituição Federal de 1988.

Subscrito



PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL-MA

Fls. n.º 162
Proc. n.º 240203/2022
Rubrica: [assinatura]

Ressalta-se neste momento que a Administração Pública do município de Bacabal - MA atua com observância aos princípios da administrativos, de forma especial, com o olhar voltado para a legalidade de seus procedimentos administrativos.

Como dito acima, o Município de Bacabal - MA pretende aderir a duas Atas de Registro de Preço decorrente do Pregão Eletrônico nº 034/2021 da Secretaria Municipal de Educação de Bacabal/MA. Por este motivo, passamos a seguinte análise.

O Sistema Registro de Preço – SRP, consiste em um procedimento auxiliar previsto no Art. 15 da Lei nº 8.666/93, Decreto Municipal 692/2020 e Decreto Federal nº 7.892/2013, e tem por objetivo facilitar a atuação da Administração Pública nas contratações ou aquisição de bens de forma gradual ou parcelada, conservando as condições de igualdade de oportunidade daqueles que do certame queiram participar.

Assim, pode-se dizer que o SRP é o conjunto de procedimentos para registro formal de preços. Após se efetuar os procedimentos do SRP, é assinada uma Ata de Registro de Preço – ARP, que concerne em um documento de compromisso para contratação futura, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas.

É razoável sustentar que o sistema registro de preço não é um instituto próprio da contratação, mas sim uma técnica empregada no planejamento com a finalidade de proporcionar uma relação contratual mais eficiente para a Administração, considerando que a licitação em que se utiliza a técnica registro de preço é exatamente igual às demais modalidades, diferenciando-se apenas na forma de aquisição ou mesmo da prestação de serviços, que resta condicionada a uma efetiva demanda.

As normas que regulamentaram o Sistema de Registro de Preços, preveem que os entes públicos que não participaram originalmente, podem aderir a uma Ata de Registro de Preços, ou seja, usufruir dos benefícios da Ata sem ser "participante"

No âmbito do Município de Bacabal o tema é regulamentado pelo Decreto Municipal nº 692/2020, o qual institui a possibilidade de ser aproveitada a proposta mais vantajosa de uma licitação realizada por outros órgãos e/ou entidades.

E por tratar-se de uma adesão a uma ata de registro de preços produzida pela Secretaria Municipal de Educação de Bacabal/MA, cumpre salientar também que, será utilizado para análise do processo em comento o descrito na Ata de Registro de Preço a que se pretende aderir.

[assinatura]





PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL-MA

Fis. n.º 163

Proc. n.º 240201/2019

Rubrica: OK

Nessa senda destaca-se de pronto o estabelecido em sua cláusula nona, senão vejamos:

CLÁUSULA NONA - DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Parágrafo Primeiro - A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n.º 8.666, de 1993, Decreto Municipal n.º 578/2017 alterado pelo Decreto Municipal n.º 607/2019 e Decreto Municipal n.º 692/2020;

(...)

Parágrafo Terceiro - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este Item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, conforme Art. 20º, § 3º do Decreto Municipal n.º 692/2020;

Parágrafo Quarto - As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem, conforme Art. 20º, § 3º do Decreto Municipal n.º 692/2020;

Na doutrina jurídica, tal procedimento restou definido, de forma coloquial como “carona”, como uma ideia de aproveitar o percurso que alguém está desenvolvendo para concluir o próprio trajeto, com redução de tempo e de custos, evitando-se o dispendioso e demorado processo de licitação, propiciando maior eficiência na prestação dos serviços públicos.

Considerando o Princípio Constitucional da Economicidade e da Eficiência, entende-se que é juridicamente possível e mesmo aconselhável, com as devidas cautelas, aproveitar uma proposta mais vantajosa conquistada por outro ente da Federação, como se verifica no caso em tela.

Quando há a adesão de uma ata de registro de preços em vigor, normalmente já tem do órgão gerenciador todas as informações necessárias sobre o desempenho da empresa contratada, no que tange a execução do ajuste, reduzindo assim significativamente o risco de uma prestação de serviço ineficiente.

O Decreto Municipal de Bacabal n.º 692/2020, prevê a possibilidade de que uma ata de Registro de Preços seja utilizada por outros entes, maximizando o esforço das unidades administrativas que implantaram o Sistema de Registro de Preços.

Roberto



Logo, é plenamente possível a prestação de serviços ou aquisição de produtos por meio de adesão a ata de registro de preços decorrente de licitação realizada por outro ente público, sendo necessário apenas a anuência do órgão gerenciador.

Versando sobre a possibilidade de a Administração Pública Municipal proceder suas compras por meio de adesão a atas de registro de preços, cumpre-nos destacar disposição do art. 19 do Decreto Municipal nº 692/2020:

Art. 19. Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços - ARP, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

Assim também está disposto no Decreto Federal nº 7.892/2013, senão vejamos:

Art. 22. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

§ 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

No que tange o registro de preços, impende destacar a conceituação apresentada pelo ilustre doutrinador Justen Filho (2016) ¹:

O registro de preços é um contrato normativo, constituído como um cadastro de produtos e fornecedores, selecionados mediante licitação, para contratações sucessivas de bens e serviços, respeitados lotes mínimos e outras condições previstas no edital.

Nesse passo, formado o cadastro de fornecedores e produtos, com a relação das empresas e especificação dos produtos a serem fornecidos, os órgãos e entidades participantes do Sistema de Registro de Preços (SRP), poderão se valer das propostas apresentadas e constantes da Ata de Registro de Preços para celebração de futuros contratos.

Também é importante destacar que à Adesão trouxe celeridade e economia para a administração pública em geral, que por meio de um único processo licitatório pode realizar diversas contratações.

¹ JUSTEN FILHO, Marçal, Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 17º ed. rev., São Paulo: RT, p. 309, 2016.

liberius



Assim, segundo Justen Filho (2016), os fundamentos de lógica que sustentam a validade do Sistema de Registro de Preços e consequentemente o sistema de adesão a ata de registro de preços, consistem na desnecessidade de repetição de um processo licitatório oneroso, lento e desgastante quando já se tem registro de uma proposta mais vantajosa para a aquisição de bens ou prestação de serviços de que se necessita. Sobre este tema, Justen Filho (2016) afirma:

O SRP também comporta utilização por órgãos administrativos distintos. Havendo necessidade de contratações para fornecimento de objetos (bens ou serviços) dotados de características similares, é cabível entidades diversas implementarem um único SRP. Então, haverá uma única licitação, cujos resultados poderão ser aproveitados por órgãos diversos. Isso propicia duas ordens de vantagens. Por um lado, há a já mencionada redução da burocracia. Reduz-se o número de licitações realizadas e se amplia a eficiência da gestão administrativa. Por outro lado, há ganhos econômicos derivados da ampliação da escala de fornecimento. O custo unitário dos produtos varia em função das quantidades fornecidas – segundo uma lei econômica insuscetível de controle pela vontade do governante. Logo, o contrato administrativo que verse sobre quantidades reduzidas acarretará propostas com preço unitário muito mais elevado do que a contratação de quantidades maiores. (FILHO, Marçal Justen, Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 17ª ed. rev., São Paulo: RT, p. 310), 2016.

Nessa senda, não restam dúvidas de que a Adesão a Ata de Registro de preços, demonstra-se vantajosa para a administração pública municipal.

Conforme já pontuado no introito do presente parecer, foi apresentado pela secretaria interessada, justificativa da vantajosidade, conforme estabelece o art. 20 do Decreto 692/2020.

Art. 20 A Ata de Registro de Preços - ARP, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem. (*grifo nosso*)

Ainda, consta nos autos a indicação dos recursos necessários para fazer face às despesas da contratação em obediência ao que preceitua o inciso III do §2º do art. 7º da Lei 8.666/93:

Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:

(...)

§ 2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

(...)



III - houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;

Do mesmo modo preceitua o art. 14, caput, da Lei de Licitações:

Art. 14. Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.

Ainda como fundamento da presente adesão, verifica-se que o município optou por registro de preços formalizada pela Secretaria Municipal de Educação de Bacabal/MA, tendo em vista a facilidade e agilidade na contratação, já que não será necessário a formalização de processo específico para o município de Bacabal - MA.

Na instrução do processo de adesão a ata produzida pelo Município de Bacabal sem prejuízo de outros atos inerentes à rotina do órgão ou entidade adquirente, e das demais exigências dos órgãos de controle, foram observados os seguintes passos mínimos:

- 01 - CI de solicitação para aquisição do material e/ou serviço (solicitação inicial);
- 02 - Termo de Referência;
- 03 - Coleta e formação de estimativa de preços;
- 04 - Justificativa da vantajosidade em aderir a Ata de Registro de Preços;
- 05 - Inserção da Cópia do Edital, cópia da Ata de Registro de Preços, sua publicação e Termo de Adesão;

No caso em tela, se verifica que todo o trâmite foi obedecido pelo Município de Bacabal - MA. Logo, verifica-se que o rito adotado pelo Município foi adequado, tomando por base o descrito no Decreto Municipal nº 692/2020 e nas Atas de Registro de Preços de nº 202104110101/2021 e nº 202104110103/2021 da Secretaria Municipal de Educação de Bacabal/MA e o Decreto Federal nº 7.892/2013.

Ressalta-se que, em resposta à solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social, as empresas ARF SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA (CNPJ nº 37.222.331/0001-86) e VALE X EMPREENDIMENTOS LTDA (CNPJ nº 27.412.763/0001-04), manifestaram-se favoravelmente à adesão pretendida.

Nesse sentido, observa-se que os procedimentos legais foram adequadamente adotados, não restando qualquer impedimento quanto a adesão da ata de registro de preço em comento.

Abreu



PREFEITURA MUNICIPAL DE BACABAL-MA

Fis. n.º 167
Proc. n.º 240201/2022
Rubrica: PA

III- DA CONCLUSÃO:

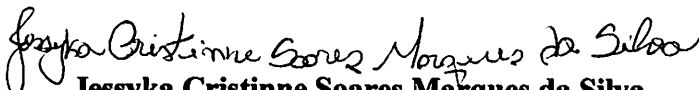
Diante do exposto, esta Procuradoria Geral do Município, entende como adequado os procedimentos administrativos adotados para a adesão às Atas de Registro de Preços de nº 202104110101/2021 e nº 202104110103/2021 da Secretaria Municipal de Educação de Bacabal/MA, decorrente da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 034/2021, uma vez que se encontra condizente com os preceitos legais estabelecidos no artigo 19 do Decreto Municipal nº 692/2020, artigo 22 do Decreto Federal 7.892/2013, bem como no disposto na Lei nº 8.666/93.

Ressalta-se que, antes da formalização da Adesão, as empresas necessitam apresentar todos os documentos de habilitação, de forma a demonstrar a manutenção da capacidade das Empresas a serem contratadas.

O presente parecer é prestado sob o prisma estritamente jurídico, não competindo a essa assessoria jurídica adentrar no mérito da conveniência e oportunidade dos atos praticados pelos gestores públicos.

É o parecer.

Bacabal - MA, 10 de março de 2022.


Jessyka Cristinne Soares Marques da Silva
OAB/MA 22.536
Procuradoria Geral do Município de Bacabal